

MÓDULO VIII

SEGURIDADE

SOCIAL



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	VIII	
SEGURIDADE SOCIAL	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	1/3

VIII – SEGURIDADE SOCIAL

(ARTS. 17, 24, 43, 68 E 69)

A Lei consagra princípio fundamental para a seguridade social: nenhum benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio.

Além disso, deverão ser observados os seguintes requisitos para a criação ou ampliação de benefícios ou serviços relativos à seguridade social:

- estimativa, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo, do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois seguintes;
- demonstração da origem dos recursos para seu custeio;
- comprovação de que não afetará as metas do resultado fiscal previstas;
- plano de compensação por meio de aumento permanente de receita (elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição) ou redução permanente de despesa.

As medidas de compensação acima referenciadas não se aplicam quando o aumento de despesa decorrer de:

- concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;
- expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	VIII	
	SEÇÃO	PÁGINA
SEGURIDADE SOCIAL	ÚNICA	2/3

- c) reajustamento de valor do benefício ou serviço a fim de preservar o seu valor real.

O ente da Federação poderá manter ou criar regime próprio de previdência para seus servidores, conferindo-lhe caráter contributivo e organizando-o baseado em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Os regimes próprios de previdência deverão cingir-se, ainda, às disposições da Lei Federal nº 9.717, de 27.11.98, que estabelece regras gerais para a organização e o funcionamento desses sistemas.

As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculados a fundos específicos, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades e aplicadas nas condições de mercado, observando-se limites e condições de proteção e prudência financeira e vedando-se o uso em:

- a) títulos da dívida pública estadual e municipal;
- b) ações e outros papéis relativos a empresas controladas pelo respectivo ente;
- c) empréstimo, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a empresas controladas.

Por fim, foi criado o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério de Assistência e Previdência Social, a ser gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, com a finalidade de prover recursos para pagamento dos benefícios do regime geral de previdência social.



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	VIII	
SEGURIDADE SOCIAL	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	3/3

Decisão - TCDF nº 6534/2005

(...) II - determinar: a) à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias que crie, para o exercício de 2006, mecanismo para que seja realizada diretamente no Siggo a verificação do cumprimento do art. 167, § 1º, da Constituição da República, do art. 151, § 1º, da LODF e do art. 5º, § 5º, da LRF, para os programas de trabalho relativos a investimentos - Grupo de Despesa 4 - que ultrapassam um exercício financeiro; (...) III - determinar, para cumprimento em trinta dias; (...) c) à Secretaria de Ação Social que: 1) ante o disposto no art. 44 da LRF; no art. 11, inciso I, da Lei nº 1.079/50 e nos arts. 10, incisos X e XI, e 12, inciso II, da Lei nº 8.429/92, comprove a relação entre a realização de despesas classificadas como indenizações e restituições (3.3.90.93), tendo como fonte de financiamento a alienação de imóveis, e o regime de previdência social dos servidores públicos; 2) na impossibilidade de efetuar a comprovação estipulada no item anterior, promova, no mesmo prazo fixado, a recomposição da receita de alienação de imóveis (fonte 07), indevidamente aplicada;